

COFI2026

Curso Oficial Formação Inicial para Magistrados



PODER JUDICIÁRIO
MATO GROSSO



PODER JUDICIÁRIO
MATO GROSSO

Biênio 2025-2026



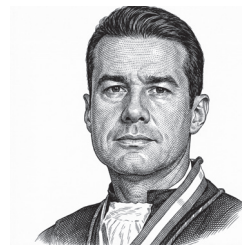
Des. José Zuquim Nogueira
Presidente do TJMT



Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Vice-Presidente do TJMT



Des. José Luiz Leite Lindote
Corregedor-Geral da Justiça

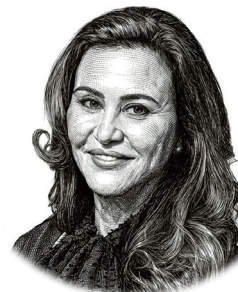


Des. Rodrigo Roberto Curvo
Ouvidor-geral do Poder Judiciário de Mato Grosso

Diretoria ESMAGIS-MT - *Gestão 2025-2026*



Des. Márcio Vidal
Diretor-Geral



Desa. Anglizey Solivan de Oliveira
Vice-Diretora-Geral

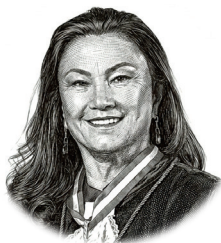
Conselho *Consultivo* - ESMAGIS-MT



Des. Marcos Machado



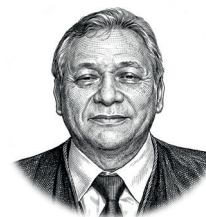
Des. Marilsen Andrade Addário



Desa. Antônia Siqueira Gonçalves



Desa. Helena Maria Bezerra Ramos



Des. Mário Roberto Kono de Oliveira



PODER JUDICIÁRIO
MATO GROSSO

COORDENAÇÃO
ESMAGIS-MT

PROJETO GRÁFICO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO
DEPARTAMENTO GRÁFICO/TJMT

TEXTOS E REVISÃO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO ESMAGIS-MT

SUMÁRIO

DIRETORIA ESMAGIS-MT	02
CONSELHO CONSULTIVO ESMAGIS-MT.....	03
PRESIDENTE TJMT	06
VICE-PRESIDENTE TJMT	08
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA	10
OUVIDOR-GERAL PJMT.....	12
DIRETOR-GERAL ESMAGIS-MT	14
COORDENADOR PEDAGÓGICO ESMAGIS-MT	16
TURMA COFI 2026	20
DETALHAMENTO DO CURSO	22
ESTRUTURA DO CURSO	25
MATRIZ CURRICULAR	28
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	32
CERTIFICAÇÃO.....	36
CALENDÁRIO	37
E-MAILS	39
TELEFONES ÚTEIS	40



COFI 2026

Mensagem do Presidente

Valho-me da oportunidade para desejar sucesso e verdadeiro empreendimento nas suas atividades, que representarão engrandecimento e fortalecimento do nosso Judiciário Mato-grossense!

O Curso de Formação Inicial de Magistrados representa um dos pilares mais relevantes da missão institucional do

Poder Judiciário, pois é nesse espaço que se consolidam os fundamentos éticos, técnicos e humanísticos que orientam o exercício da jurisdição. A formação judicial constitui elemento essencial para a construção de uma magistratura preparada para responder, com responsabilidade e sensibilidade, às complexas demandas da sociedade contemporânea.

Assumir a magistratura significa acolher um compromisso permanente com a Constituição, com a efetivação dos direitos fundamentais e com a promoção da justiça como valor estruturante da vida democrática. Nesse contexto, a formação oferecida pela Escola da Magistratura mostra-se indispensável para o fortalecimento de uma atuação jurisdicional consciente, equilibrada e alinhada aos princípios que regem o Estado Democrático de Direito.

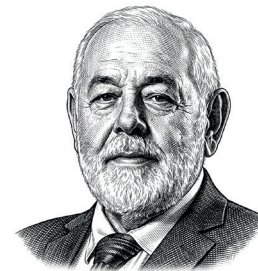
Registro, com especial apreço, o trabalho desenvolvido pela Escola da Magistratura de Mato Grosso, sob a condução do diretor-geral, desembargador Márcio Vidal, e da vice-diretora-geral, desembargadora Anglizey Solivan de Oliveira, magistrados cuja dedicação ao ensino jurídico e à qualificação permanente da magistratura engrandece esta instituição.

Destaco, ainda, a contribuição técnica e acadêmica do Conselho Consultivo, formado por desembargadores comprometidos com o estudo, a coordenação pedagógica e o fortalecimento do pensamento jurídico crítico.

Igualmente relevante é o papel do corpo docente e discente da Esmagis, cuja atuação qualificada, plural e comprometida com o conhecimento assegura a densidade intelectual e a excelência do processo formativo.

Dirijo, por derradeiro, uma saudação especial aos novos juízes substitutos que ingressam na carreira, chamados a exercer a jurisdição com responsabilidade, sensibilidade social e elevado senso de dever público. Que este percurso contribua para a construção de trajetórias pautadas pela ética, pela independência e pelo compromisso com a justiça.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso segue investindo na formação de seus magistrados como expressão de sua confiança no conhecimento, no diálogo e na excelência institucional, pilares essenciais para o fortalecimento da Justiça e da cidadania.



Des. José Zuquim Nogueira
Presidente TJMT



COFI 2026

**Mensagem da
Vice-Presidente**

A formação de magistrados ocupa papel estruturante na consolidação de um Poder Judiciário atento às transformações sociais e comprometido com a qualidade da prestação jurisdicional. É por meio dela que se fortalecem não apenas os conhecimentos técnicos, mas também a sensibilidade, a escuta qualificada e a responsabilidade inerente ao exercício da jurisdição.

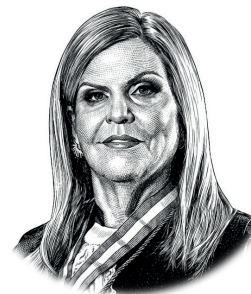
O primeiro grau de jurisdição, porta de acesso da cidadania à Justiça, desempenha função estratégica nesse contexto. É nesse espaço que se materializa, cotidianamente, a relação direta entre o Judiciário e a sociedade, exigindo do magistrado preparo técnico, equilíbrio institucional e compreensão das múltiplas realidades que se apresentam no exercício da função jurisdicional.

A Escola da Magistratura de Mato Grosso cumpre papel relevante nesse processo de formação ao fomentar reflexão contínua, diálogo institucional e aprofundamento teórico-prático. A atuação do diretor-geral, desembargador Márcio Vidal, e da vice-diretora, desembargadora Anglizey Solivan de Oliveira, contribui de maneira consistente para a organização pedagógica e para o fortalecimento de uma

cultura de aprendizagem permanente, voltada à excelência e à responsabilidade institucional.

Nesse ambiente formativo, a troca de experiências, o pensamento crítico e a construção coletiva do conhecimento assumem papel fundamental, permitindo que a magistratura desenvolva respostas qualificadas aos desafios jurídicos, sociais e humanos que se apresentam de forma cada vez mais complexa.

A consolidação de uma magistratura tecnicamente preparada e sensível às demandas sociais expressa o compromisso do Tribunal de Justiça de Mato Grosso com uma atuação jurisdicional responsável, equilibrada e orientada pelos valores que sustentam o Estado Democrático de Direito.



Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Vice-Presidente TJMT

COFI 2026

Mensagem do Corregedor-Geral da Justiça

Com muita alegria, desejo boas-vindas aos novos magistrados e magistradas do Poder Judiciário de Mato Grosso, que iniciam sua caminhada no nosso Estado por meio do Curso Oficial de Formação Inicial para Magistrados (COFI).

Este não é apenas o começo formal da carreira, mas o início de uma missão pública que exige responsabilidade, sensibilidade social e compromisso diário com o cidadão.

A Corregedoria-Geral da Justiça, conhecida por seu papel de fiscalização e orientação, quer deixar claro desde já: nossa atuação vai muito além de apontar falhas ou aplicar medidas disciplinares. Trabalhamos lado a lado com juízes e juízas, priorizando o diálogo, a orientação e o apoio para enfrentar os desafios do dia a dia da magistratura.

O Primeiro Grau é a base onde a Justiça realmente acontece. Por isso, a Corregedoria acompanha de perto as unidades judiciais, avalia resultados e, quando necessário, ajuda a ajustar caminhos.

Cumprimos as metas e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas sempre com o olhar voltado ao aprimoramento institucional, e não apenas ao aspecto sancionatório.

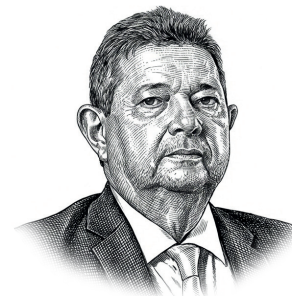
Mato Grosso é um Estado de grandes dimensões e realidades muito diversas. Temos comarcas distantes, comunidades com necessidades específicas e desafios que

exigem atenção e sensibilidade. Mas não se intimidem: vocês contarão com uma estrutura sólida, colaborativa e pronta para apoiar.

Nesse cenário, o COFI tem um papel essencial, pois oferece não só a base teórica, mas também ferramentas práticas fundamentais para o exercício da magistratura. A Corregedoria-Geral da Justiça caminha junto com a Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (Esmagis), apoiando seu compromisso com a excelência e a valorização da carreira.

Estamos aqui para colaborar, orientar e caminhar juntos, construindo um Judiciário harmônico, eficiente e cada vez mais próximo da sociedade. Sejam muito bem-vindos e saibam que podem contar com a Corregedoria na construção de uma trajetória ética, sólida e comprometida com o povo mato-grossense.

Atenciosamente,



Des. José Luiz Leite Lindote
Corregedor-Geral da Justiça

COFI 2026

Mensagem do Ouvidor-Geral

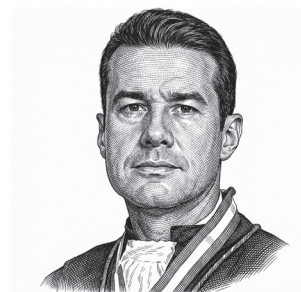
Dirijo estas palavras aos Juízes e Juízas recentemente empossados no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, que iniciarão o Curso Oficial de Formação Inicial de Magistrados de 2026 (COFI). Esta etapa marca o ingresso na carreira da magistratura, com o desafio de aplicar o Direito com responsabilidade, equilíbrio e fidelidade aos valores constitucionais que estruturam o Poder Judiciário.

A formação proporcionada pela Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso revela-se essencial para o exercício consciente, técnico e humanizado da jurisdição. O magistrado e a magistrada são chamados, cotidianamente, a proferir decisões que extrapolam a dimensão estritamente processual, irradiando efeitos concretos sobre a dignidade da pessoa humana, as expectativas legítimas das partes e a própria credibilidade do sistema de Justiça. Nesse contexto, a escuta qualificada, a sensibilidade institucional e a transparência na atuação jurisdicional afirmam-se como valores indispensáveis à efetiva prestação da jurisdição, em consonância com os princípios republicanos e democráticos que orientam a função judicial.

A Ouvidoria do Poder Judiciário exerce papel estratégico nesse permanente diálogo entre a Justiça e a sociedade, atuando como canal institucional de escuta, mediação e aprimoramento contínuo dos serviços judiciais. Magistrados e magistradas atentos às manifestações apresentadas pelos jurisdicionados — compreendidas como instrumentos legítimos de participação, controle social e fortalecimento institucional — contribuem de forma decisiva para a construção de uma Justiça mais acessível, eficiente e socialmente legitimada.

Tenho convicção de que o percurso formativo desenvolvido no âmbito do COFI proporcionará aos novos julgadores não apenas sólido conhecimento técnico, mas também reflexão crítica acerca do papel social da magistratura, estimulando uma atuação comprometida com os direitos fundamentais, a imparcialidade, a ética e o contínuo aperfeiçoamento das instituições judiciais.

Coloco a Ouvidoria-Geral do Poder Judiciário à disposição de todos e todas, como espaço permanente de escuta, diálogo e construção conjunta, desejando-lhes uma carreira sólida, ética e plenamente alinhada aos valores que sustentam a dignidade e a credibilidade da Justiça mato-grossense.



Des. Rodrigo Roberto Curvo
Ouvidor-Geral do Poder Judiciário de Mato Grosso

COFI 2026

Mensagem do Diretor-Geral Esmagis-MT

É com elevada satisfação que a Escola Superior da Magistratura Desembargador João Antônio Neto acolhe os 35 novos juízes substitutos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira da Magistratura de Mato Grosso. A maioria absoluta dos senhores e senhoras vêm de distintas regiões do país, trazendo consigo experiências plurais, expectativas renovadas e a disposição de iniciar um

novo ciclo profissional. Assim como as estações do ano, que se sucedem em permanente movimento e transformação, a vida na magistratura também se constrói em fases que exigem preparo, sensibilidade e contínuo amadurecimento.

O Curso Oficial de Formação Inicial (Cofi 2026) representa o marco inaugural dessa trajetória. É o momento em que cada magistrado recém-ingresso passa a compreender, de forma mais profunda, a complexidade e a nobreza da função jurisdicional. Após quatro décadas dedicadas à Justiça, aprendi que julgar não constitui um ato de poder, mas de responsabilidade. Não julgamos pessoas; julgamos situações, sempre com o propósito maior de preservar a convivência humana e a ordem social. A medicina cuida da vida física; nós cuidamos da vida em sociedade, o que demanda prudência, equilíbrio e humanidade.

Minha própria caminhada teve início na primavera de 1977, quando optei por trilhar o caminho do direito. A experiência, que é conhecimento vivo, ensina-nos que a magistratura é feita de desafios, mas também de descobertas, encontros e amadurecimento. Há uma harmonia, quase uma melodia, entre julgar e ensinar, entre servir e aprender. E essa harmonia acompanha o magistrado ao longo de toda a carreira.

Recordo-me das palavras do professor Goffredo Telles Júnior, para quem a única disciplina verdadeiramente indispensável seria a “convivência humana”. Essa lição permanece atual e necessária. O magistrado deve compreender o ser humano em sua complexidade e estar preparado para lidar com a riqueza — e, muitas vezes, a imprevisibilidade — do mundo externo. Quando a lei não oferece resposta imediata, cabe ao juiz buscar, com humildade e rigor, nos diversos campos do conhecimento, a solução justa e adequada.

Vivemos um período de transformações profundas. A tecnologia, que sempre acompanhou a evolução humana, agora se apresenta com velocidade inédita, exigindo de todos nós atualização constante. A inteligência artificial assume tarefas antes burocráticas, permitindo que o magistrado dedique mais energia ao que é essencial: pensar, refletir, compreender. O conhecimento é a luz que rompe amarras e nos retira da escuridão. Por isso, esta etapa de formação não é apenas um rito institucional; é um convite ao estudo contínuo, à reflexão crítica e à construção de uma postura ética e humana diante da sociedade.

Que esta jornada seja, à semelhança das estações, reflexiva como o outono, fortalecedora como o inverno, inspiradora como a primavera e luminosa como o verão. Que cada um dos

senhores e senhoras encontre, na magistratura mato-grossense, um espaço de realização, aprendizado e compromisso com a Justiça. E que possam, ao longo dos anos, escrever suas próprias histórias com humildade, dedicação e serenidade — conscientes de que ninguém nasce magistrado; torna-se magistrado na convivência, na escuta, no estudo e no exercício diário da responsabilidade de decidir.

Sejam todos muito bem-vindos à Esmagis e ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Que esta nova etapa seja marcada por crescimento, convivência respeitosa e compromisso inabalável com a Justiça.



Des. Márcio Vidal
Diretor-Geral da Esmagis-MT

COFI 2026

**Mensagem do
Coordenador Pedagógico
Esmagis-MT**

Parabenizo as juízas e os juízes recém-aprovados em um concurso bastante seletivo no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e espero que abracem a nova carreira com afinco!

Bem-vindos ao Curso Oficial de Formação Inicial – COFI, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso – ESMAGIS, em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça e credenciado pela ENFAM.

O COFI representa muito mais do que uma etapa formal do ingresso na carreira. É, a um só tempo, um marco introdutório da identidade profissional do magistrado e um espaço institucional de formação integral, no qual se conjugam técnica jurídica, reflexão humanística, responsabilidade ética e preparo para a vida prática da jurisdição.

A magistratura contemporânea exige do juiz e da juíza muito mais do que o domínio da dogmática jurídica. Exige sensibilidade social, capacidade de escuta, compreensão das múltiplas realidades humanas que se apresentam diariamente nos processos e nas audiências, além de sólida formação constitucional e compromisso permanente com os direitos fundamentais.

O COFI foi estruturado de maneira integrada às diretrizes da ENFAM, para oferecer uma formação teórico-prática, interdisciplinar e profundamente conectada à realidade judicial e social, ao articular conhecimento jurídico, filosofia, sociologia, ética, gestão, tecnologia, comunicação institucional e prática supervisionada. As unidades didáticas e os módulos do curso foram pensados para preparar o magistrado não apenas para decidir, mas para decidir bem, legitimamente e com responsabilidade democrática.

A concepção pedagógica adota as metodologias ativas, com estudo de casos concretos, simulações de audiências, oficinas de decisões e sentenças, debates orientados, prática supervisionada e reflexão crítica. O juiz se forma também na prática, no diálogo, no enfrentamento responsável dos problemas reais da jurisdição.

O curso dedica especial atenção aos principais desafios da magistratura: a fundamentação adequada das decisões, o respeito aos precedentes qualificados, a gestão do acervo processual, a condução das audiências, o relacionamento institucional com os demais Poderes e órgãos do sistema de justiça, bem como a interação respeitosa, firme e equilibrada com advogados, defensoras e defensores públicos, membros do ministério público, servidores e jurisdicionados.

Espera-se do magistrado urbanidade, empatia e respeito, sem que isso implique abdicação da autoridade que lhe é própria. O juiz e a juíza são, ao mesmo tempo, diretores das audiências e reitores do processo judicial, responsáveis por garantir o contraditório, a paridade de armas, a duração razoável do processo e a efetividade da tutela jurisdicional. Esse poder se exerce com equilíbrio, diálogo e ponderação.

A formação oferecida pelo COFI está alicerçada nos princípios fundamentais da Constituição da República, na centralidade da dignidade da pessoa humana, no devido processo legal, na fundamentação das decisões e na busca permanente pela legitimidade democrática da jurisdição. Decidir é um ato de poder-dever que somente se legitima quando exercido com racionalidade jurídica, transparência argumentativa e compromisso com a sociedade.

Ao longo do curso, as juízas e os juizes cursistas serão convidados a refletir sobre o impacto social, econômico e humano de suas decisões, sobre o papel do Judiciário em uma sociedade plural e complexa, sobre os limites e possibilidades da atuação judicial e sobre a importância do diálogo institucional e do respeito recíproco no funcionamento do Estado Democrático de Direito.

O COFI, portanto, não se propõe apenas a transmitir conteúdos, mas a formar magistrados conscientes de seu papel institucional, preparados para os desafios técnicos da jurisdição e sensíveis à dimensão humana do julgar.

Desejo que este período de formação seja vivido com abertura intelectual, espírito crítico, disposição para o diálogo e compromisso com a excelência da prestação jurisdicional.

Que este curso contribua para a construção de trajetórias judiciais sólidas, responsáveis e legitimadas pela confiança da sociedade.

Sejam todas e todos muito bem-vindos ao COFI, à ESMAGIS e ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.



Juiz Antônio Veloso Peleja Júnior
Coordenador Pedagógico da Esmagis-MT

COFI 2026





Curso Oficial Formação Inicial - COFI

Turma 2026



**ANA CAROLINA PELICIONI
DA SILVA VOLKERS**



**ANA EMILIA MOREIRA
DE OLIVEIRA GADELHA**



ANA FLÁVIA MARTINS FRANÇOIS



ANTONIO BERTALIA NETO



ANTONIO DIAS DE SOUZA NETO



**BRUNO GUERRA SANT'ANNA
DELIBERATO**



DANILO MARQUES RIBEIRO ALVES



FELIPE BARTHÓN LOPEZ



FRANCISCO BARBOSA JÚNIOR



**GABRIELLA ANDRESSA MOREIRA
DIAS DE OLIVEIRA**



HUGO FERNANDO MEN LOPES



IORRAN DAMASCENO OLIVEIRA



IRON SILVA MUNIZ



**ISABELA RAMOS FRUTUOSO
DELMONDES**



**ISRAEL TIBES WENSE DE
ALMEIDA GOMES**



IZABELE BALBINOTTI



**JOSÉ DOS SANTOS
RAMALHO JÚNIOR**



LAÍS BAPTISTA TRINDADE



LAIS PARANHOS PITA



LEANDRO BOZZOLA GUITARRARA



LESSANDRO RÉUS BARBOSA



**LUANA WENDT FERREIRA
CORRÊA DA COSTA**



MAGNO BATISTA DA SILVA



**MARCO ANTONIO LUZ
DE AMORIM**



**NATHÁLIA DE ASSIS
CAMARGO FRANCO**



NELSON LUIZ PEREIRA JÚNIOR



**PEDRO HENRIQUE DE
DEUS MOREIRA**



RAPHAEL ALVES OLDEMBURG



TAYNÃ CRISTINE SILVA ARAUJO



THAÍS D'EÇA MORAIS



THIAGO RAIS DE CASTRO



TIAGO GONÇALVES DOS SANTOS



VICTOR HUGO SOUSA SANTOS



VICTOR VALARINI



YAGO DA SILVA SEBASTIÃO



DETALHAMENTO DO CURSO

O Curso Oficial de Formação Inicial de Juízes Substitutos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, é promovido pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso (Esmagis-MT), em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça de Mato Grosso (CGJ). Credenciado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), pela portaria 363/2025, tem por objetivo capacitar juízes e juízas recém-empossados para o exercício da jurisdição, por meio de uma formação humanística, técnica e ética, articulando teoria e prática.

Organizado em três módulos integrados – Nacional, Local (dividido em parte teórica e parte prática supervisionada) e

Eleitoral –, o curso oferece uma abordagem interdisciplinar e aplicada das atividades judicantes, incorporando temas jurídicos, filosóficos, sociais, gerenciais, tecnológicos e de comunicação, com ênfase na construção da identidade institucional da magistratura e no compromisso com os direitos fundamentais.

A formação articula metodologias ativas, experiências práticas supervisionadas, oficinas, estudos de caso, simulações, grupos de verbalização, sentenças comentadas e reflexões orientadas, visando à constituição de competências técnicas e sensíveis fundamentais ao exercício da função judicante.

Ao final do curso, espera-se que o juiz e a juíza substitutos(as) estejam aptos a exercer sua atividade com autonomia, discernimento ético, domínio técnico, sensibilidade institucional e comprometimento com a prestação jurisdicional qualificada e humanizada no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aplicar o conhecimento jurídico e humanístico, de forma integrada e ética, para o enfrentamento da realidade da atividade judicante no Estado de Mato Grosso.
- Discutir, dentro dos padrões metodológicos – teórico-pragmáticos, com metodologia ativa –, decisões paradigmáticas com importância na tomada de decisão argumentativamente sólida e convincente, observando-se o princípio constitucional da fundamentação.
- Reforçar a importância da observância dos precedentes do

STF – Supremo Tribunal Federal, STJ – Superior Tribunal de Justiça – e TJMT, no âmbito local (art. 927, CPC).

• Reconhecer a importância das relações interpessoais e interinstitucionais para o aprimoramento da prática judicante.

• Estabelecer vínculos adequados com os meios de comunicação, identificando as técnicas e estratégias utilizadas pelas diversas mídias.

• Identificar as melhores práticas de gestão e gerenciamento, e aplicar novas ferramentas para a administração das unidades judiciárias.

• Oferecer técnicas de gestão para a relação interpessoal com servidores e no trato com os demais profissionais do Direito.

• Operar e validar os novos recursos de tecnologia da informação disponíveis para o trabalho cotidiano e para a gestão cartorária.

• Avaliar os impactos da introdução do processo

eletrônico no funcionamento das unidades judiciárias de prestação jurisdicional, bem como as exigências práticas que essa inovação impõe ao gestor.

- Repassar fundamentos necessários de Inteligência Artificial, apresentando-os à realidade do TJMT (LexIA) e respectivos agentes, exemplos de construção de prompts, na esteira da Resolução 615, Conselho Nacional de Justiça;
- Apresentar as principais resoluções do Conselho Nacional de Justiça, nos âmbitos administrativo e jurisdicional.
- Apresentar noções do processo administrativo sancionador – processo administrativo disciplinar e sindicância (Resolução 135, CNJ, Lei Complementar

4/1990, Provimento 5/2008/CM, Resolução 42/2024 – e o processo administrativo referente à promoção, remoção e acesso (Resolução 106, CNJ) e norma interna do TJMT.

- Utilizar os recursos eletrônicos e de tecnologia da informação disponíveis para otimizar o desenvolvimento do trabalho.
- Ressaltar a importância dos métodos consensuais de resolução e prevenção de conflitos.
- Interpretar o impacto social, econômico e ambiental das decisões judiciais na efetivação dos direitos fundamentais – consequencialismo e AED.

ESTRUTURA DO CURSO

O curso está estruturado em três módulos integrados, articulando teoria e prática por meio de metodologias ativas, reflexivas e colaborativas, com foco na formação integral de juízes e juízas ingressantes e na qualificação da prestação jurisdicional no Estado de Mato Grosso.

- **Módulo I** – Nacional (Consoante no Art. 19, I Resolução n. 02 de 7 de janeiro de 2025): promovido pela Enfam, com abordagem introdutória à função judicante, aos fundamentos ético-humanísticos da magistratura e à construção da identidade institucional do juiz brasileiro. Este módulo é de 40h.

- **Módulo II** – Local (432h): dividido em duas partes complementares, de 216h cada:

Parte I – Teórica: dedicada ao aprofundamento interdisciplinar de conteúdos jurídicos e ao desenvolvimento de competências técnico-jurídicas, éticas, comunicacionais e gerenciais.

Parte II – Prática supervisionada: realizada em contraturno das atividades teóricas, contempla dois tipos de atividades: visitas técnicas, nas quais desenvolvem atividades de observação e ambientação nas unidades jurisdicionais específicas; visitas práticas passam à execução de atividades simuladas ou judicantes correspondes ao exercício efetivo da função judicante em unidades jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob supervisão de um juiz-preceptor ou juíza-preceptora.

Módulo III – Eleitoral (Consoante no Art. 19, III Resolução n. 2/2025): dedicado ao estudo e à prática dos princípios, normas e procedimentos que regem a atuação na Justiça Eleitoral, com vistas ao preparo técnico dos(as) magistrados(as) para essa esfera jurisdicional. Este módulo será ofertado pelo TREMT, com carga horária de 24h.

No contexto dessa estrutura articulada, o Módulo II – Local assume papel fundamental no percurso formativo ao combinar, de forma integrada, aprofundamento teórico e experiência prática supervisionada. Sua organização em duas partes – uma teórica e outra prática – permite que os(as) cursistas transitem entre o domínio conceitual e a vivência concreta das rotinas judiciais.

No contexto dessa estrutura articulada, o Módulo II – Local assume papel fundamental no percurso formativo ao combinar, de forma integrada, aprofundamento teórico e experiência prática supervisionada. Sua organização em duas partes – uma teórica e outra prática – permite que os(as) cursistas transitem entre o domínio conceitual e a vivência concreta das rotinas judiciais.

PROGRAMAÇÃO

MÓDULOS	HORAS/AULA
MÓDULO I NACIONAL	Carga Horária: 40h Datas: definidas pela Enfam Local: Enfam Brasília Horário: definido pela Enfam Objetos de conhecimento e conteúdo programático: definidos pela Enfam
MÓDULO II PARTE I - TEÓRICA	Carga Horária: 216h Datas: 26/1/2026 a 16/4/2026 Local: Sala Muricizeiro na Sede da ESMAGIS-MT Horário: 8h as 12h Objetos de conhecimento e conteúdo programático: definidos pela Esmagis-MT
MÓDULO II PARTE II PRÁTICA SUPERVISIONADA	Carga Horária: 216h Datas: 26/1/2026 a 16/4/2026 Local: Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso Horário: 14h as 18h Objetos de conhecimento e conteúdo programático: definidos pela Esmagis-MT
MÓDULO III ELEITORAL	Carga Horária: 24h Datas: 17, 22 e 23/4/2025 Local: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso Horário: 8h as 12h e das 14h às 18h Objetos de conhecimento e conteúdo programático: definidos pelo TRE/MT

MATRIZ CURRICULAR - MÓDULO II

PARTE I - TEÓRICA

CARGA HORÁRIA: 216h

Nesse momento, será abordado o conteúdo programático constante no Anexo II da Resolução Enfam nº 2/2025. Aqui, serão destaques os temas de interesse do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, regulamentados pelo Art. 19 da Resolução Enfam nº 2/2025.

Os temas estarão organizados nas seguintes unidades didáticas:

UNIDADE DIDÁTICA	CARGA HORÁRIA
I: Estrutura e funcionamento do TJMT	12h
II: Administração da atividade judiciária (gestão processual, gestão de pessoas, de materiais e de resultados)	24h
III: Tecnologia da informação e das comunicações	16h
IV: Inteligência artificial aplicada à jurisdição	04
V: Técnica dos atos judiciais - Elaboração de decisões e sentenças e realização de audiências	8h

UNIDADE DIDÁTICA	CARGA HORÁRIA
VI: Ética e deontologia da magistratura	4h
VII: Filosofia do direito e sociologia jurídica	4h
VIII: Hermenêutica e argumentação jurídica	4h
IX: Liderança, relações interpessoais e interinstitucionais e gerenciamento de riscos e crises	8h
X: Relacionamento com os meios de comunicação de massa e uso de redes sociais	4h
XI: Métodos consensuais de resolução de conflitos, processos autocompositivos e psicologia judiciária	8h
XII: Impacto social, econômico e ambiental das decisões judiciais e a proteção do vulnerável	8h
XIII: Direitos Humanos	12h
XIV: Demandas repetitivas e grandes litigantes	8h
XV: Direitos Fundamentais e Seguridade Social	4h
XVI: O Juiz e os Serviços Extrajudiciais	8h
XVII: Tópicos Especiais	24h

PARTE II PRÁTICA SUPERVISIONADA

PARTE II - PRÁTICA SUPERVISIONADA

CARGA HORÁRIA: 216h

Regulamentada pela Resolução n. 2/2025, art. 1, IV

A prática supervisionada é desenvolvida no contraturno das atividades teóricas e estruturada em dois tipos de atividades complementares:

Visita dos alunos ao Fórum da Comarca de Cuiabá e ao Tribunal de Justiça, com apresentação do espaço físico, das unidades jurisdicionais e das unidades administrativas.

Ainda, serão apresentados: o Tribunal de Justiça, os gabinetes e as secretarias e serviços auxiliares, no intuito de desenvolvimento de uma cultura de pertencimento. O intuito é a ambientação dos(as) juízes(as) cursistas ao funcionamento do Poder Judiciário estadual. Nesta fase, os(as) cursistas acompanham as rotinas processuais e administrativas sob a orientação dos(as) juízes(as) titulares das respectivas unidades, que apresentam os principais tipos de ações e demandas, bem como o perfil decisório da unidade jurisdicional. Além da observação, são realizadas atividades com o escopo de treinamento e preparação para audiências reais, com foco no desenvolvimento de competências iniciais para a atuação judicante, sob supervisão de preceptores(as).

Realização de atividades simuladas e judicantes, mediante nomeação dos(as) cursistas em comarcas específicas. Durante esse período, os(as) juízes(as) substitutos(as) exercem, sob supervisão contínua de docente da magistratura, atos compatíveis com a etapa de formação, tais como elaboração de minutas de decisões, condução de

audiências simuladas ou reais, análise de peças processuais e prática de atos judiciais orientados. Esta etapa consolida o vínculo formativo entre o saber jurídico e a ação judicante, favorecendo a progressiva autonomia, responsabilidade e senso ético na atuação profissional.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Nesta proposta educativa, a avaliação é compreendida como um processo formativo, contínuo e sistemático, desenvolvido ao longo de toda a trajetória do curso e voltado às dimensões individual e coletiva da aprendizagem. Na formação dos magistrados, essa perspectiva é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, devendo ocorrer em todos os momentos da experiência formativa, com foco na prática profissional.

São utilizados instrumentos e procedimentos avaliativos, articulados aos objetivos educacionais de cada módulo, de modo a favorecer a reflexão, o aprimoramento e a consolidação das competências necessárias ao exercício da magistratura. A análise da capacidade de aplicar o conhecimento para solucionar questões do exercício profissional é realizada pelos docentes, que fornecem devolutivas para o aperfeiçoamento do processo de

aprendizagem. O sistema de avaliação busca reproduzir situações reais que exijam a aplicação dos conhecimentos adquiridos, garantindo a coerência entre teoria e prática.

Os momentos finais de cada aula serão destinados a discussões e debates a partir de situações concretas, apresentadas sob a forma de casos e demais estratégias ativas descritas em cada módulo, conforme a Instrução Normativa ENFAM nº 5/2025. Nesses momentos, será observada a capacidade dos magistrados discentes de aplicar o conhecimento obtido à solução de problemas práticos.

O processo de avaliação considerará também assiduidade, pontualidade, postura, interesse e participação. A frequência será aferida por controle presencial e acompanhamento das atividades, sendo exigida presença integral. Esses critérios e

parâmetros serão detalhados nos instrumentos específicos de verificação.

Será aplicado, ao final de cada módulo, um Registro Reflexivo, instrumento de autoavaliação voltado a identificar a mudança de comportamento, os resultados alcançados e a aplicabilidade do conhecimento adquirido à vida profissional.

A Corregedoria-Geral da Justiça e a ESMAGIS-MT designarão os juízes formadores que atuarão nas atividades supervisionadas do curso, em diversas áreas jurisdicionais (como Varas Cíveis, Criminais, de Família, Fazenda Pública, Execuções Penais, Juizados Especiais, entre outras). Esses formadores, cadastrados no Banco de Docentes da ENFAM e/ou da ESMAGIS-MT, acompanharão, orientarão e avaliarão o desempenho dos novos magistrados quanto à conduta e dedicação no exercício da atividade judicante.

Durante o curso, os juízes substitutos deverão apresentar

mensalmente, no mínimo, duas sentenças, que serão analisadas pelo magistrado orientador, a fim de subsidiar a instrução, a orientação e o aprimoramento do exercício da judicatura.

A avaliação das decisões levará em conta aspectos como preparo técnico-profissional, raciocínio lógico, objetividade, equilíbrio emocional e aptidão para a magistratura.

Parte essencial da avaliação será a elaboração de portfólios individuais, constituídos por coletâneas de evidências que documentam o desenvolvimento, as competências e as habilidades de cada participante.

O portfólio – em meio físico e digital (webfólio) – reunirá reflexões sobre os temas abordados, estudos de caso, relatórios de visitas técnicas, sínteses de discussões e produções escritas, servindo como instrumento de autoavaliação e acompanhamento da aprendizagem. A versão digital será entregue por meio

do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do COFI.

O AVA, hospedado na plataforma Moodle, será o espaço de apoio e integração das atividades formativas, contendo a programação do curso, o cronograma das aulas e atividades, o corpo docente, o material didático, os avisos e os fóruns de discussão (coletivos e por módulo). Também abrigará os portfólios, registros reflexivos e formulários de avaliação de reação, promovendo a articulação entre práticas presenciais e virtuais.

Para fins de padronização e acompanhamento sistemático, o portfólio deverá conter elementos obrigatórios que assegurem a coerência entre as atividades desenvolvidas e os objetivos formativos, documentando de forma reflexiva a aplicação dos conhecimentos teóricos à prática profissional e a evolução individual de cada magistrado.

A Ficha de Avaliação de Desempenho, preenchida com base nas observações dos docentes, incluirá análises sobre

participação, debates, estudos de caso, peças produzidas

em oficinas de sentença, entrevistas e demais atividades compatíveis com os objetivos de cada aula.

O acompanhamento e a avaliação do desempenho dos juízes substitutos basear-se-ão em três instrumentos principais:

Ficha-Relatório de Fatos Observados – registra aspectos comportamentais e profissionais, avaliados conforme os conceitos Ótimo, Bom, Regular e Insuficiente. São observados dedicação, pontualidade, assiduidade, interesse, tenacidade, postura, serenidade, sociabilidade, autoconfiança, expressão verbal e objetividade.

- **Ficha de Exame de Sentenças/Decisões** – avalia preparo técnico-profissional, valor intelectual e aptidão para a judicatura, considerando estrutura, coerência e fundamentação das sentenças, aplicação adequada do direito, clareza e lógica jurídica.

- **Controle de frequência** – aferido diariamente, por turno, nas atividades presenciais e pelo acesso à plataforma digital.

As aulas teóricas ocorrerão das 8h às 12h e as práticas das 14h às 18h, sendo admitida tolerância de 15 minutos para o início das atividades. Exige-se presença mínima de 100% para aprovação e certificação.

CERTIFICAÇÃO

Para aprovação e posterior certificação, será necessário atender aos seguintes critérios:

- Frequência integral em 100% do curso (ressalvados os casos de afastamentos legais);
- Participação, contribuição, e desenvoltura durante o curso, especialmente por ocasião da realização das atividades práticas propostas, somados aos trabalhos escritos entregues pelos grupos de Magistrados, dos quais serão estes avaliados individualmente. Somente após a correção dos trabalhos e a atribuição dos conceitos de forma individual é que serão expedidos os certificados aos cursistas.

Calendário

Janeiro/2026						
Dom	Seg	Ter	Quar	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

1 a 6 - Recesso

Fevereiro/2026						
Dom	Seg	Ter	Quar	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28

16 – Ponto Facultativo 17 – Carnaval 18 – Quarta-Feira de Cinzas

Março/2026						
Dom	Seg	Ter	Quar	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Abril/2026						
Dom	Seg	Ter	Quar	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		
2 – Quinta-feira Santa		3 – Paixão de Cristo		5 – Páscoa		
8 – Aniversário de Cuiabá		20 – Ponto Facultativo		21 – Tiradentes		

Escaneie o QR Code com seu celular para consultar o calendário de aulas e acompanhar as atualizações.



@ E-mails

PRESIDÊNCIA presidencia@tjmt.jus.br

Assessoria de Relações Públicas
e Cerimonial..... ceremonial@tjmt.jus.br

Vice-Presidência vice.presidencia@tjmt.jus.br

Corregedoria Geral
da Justiça coordenadoria.corregedoria@tjmt.jus.br

Diretoria Geral diretoria.geral@tjmt.jus.br

ESMAGIS-MT esmagis@tjmt.jus.br

Coordenadoria de
Comunicação Social..... imprensa@tjmt.jus.br

Coordenadoria Militar coordenadoria.militar@tjmt.jus.br

Coordenadoria
de Magistrados..... coordenadoria.magistrados@tjmt.jus.br

Departamento de
Recursos Humanos coordenadoria.rh@tjmt.jus.br

Coordenadoria
Administrativa coordenadoria.administrativa@tjmt.jus.br

Telefones Úteis

Tribunal de Justiça (Geral) 3617-3000

Presidência:

Recepção 3617-3882
Assessoria 3617-3283
Assessoria Jurídica 3617-3617-3737/3007/3004
Assessoria Especial 3617-3418
Gabinete da Presidência 3617-3001/3201/3242
Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial 3617-3171/3202

Vice-Presidência:

Recepção 3617-3637
Assessoria 3617-3258/3404
Gabinete 3617-3399

Corregedoria Geral da Justiça:

Recepção 3617-3205
Secretária 3617-3264
Assessoria 3617-3421/3444/3610/3743
Coordenadoria 3617-3113/3444/3610

Diretoria Geral:

Gabinete 3617-3344
Recepção 3617-3056
Assessoria 3617-3239/3076/3422/3407

Coordenadoria de Comunicação Social:

Gabinete 3617-3002
Assessoria 3617-3650

Coordenadoria de Magistrados:

Gabinete 3617-3436
Assessoria 3617-3215/3257
Protocolo 3617-3103/3104
Folha de pagamento 3617-3310/3435/3297/3220/3609
Departamento de Cadastro 3617-3075/3397/3432
Assessoria de Informática 3617-3897

Coordenadoria Militar:

Gabinete 3617-3180
Assessoria 3617-3238

Departamento de Recursos Humanos:

Diretoria 3617-3756
Gerência de Cadastro 3617-3823

Coordenadoria Administrativa:

Diretoria 3617-3214/3602
Assessoria 3617-3812/3060/3600
Departamento Gráfico Diretoria 3617-3790

Coordenadoria de Tecnologia da Informação:

Central de Atendimento 3617-3900
Gabinete da Coordenadoria 3617-3077
Assessoria 3617-3535

ESMAGIS-MT:

Assessoria 3467/3844

AMAM 3631-1651

